

MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS

Pelo presente instrumento particular,

A Companhia **Razão Social**, sociedade anônima, com sede na **Endereço**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **CNPJ**, representada na forma do seu estatuto social, doravante denominada “**COMPANHIA**”; e

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (“CAIXA”), instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 19.02.73 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06.03.70, regendo-se, atualmente, pelo Estatuto Social pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2017, arquivado no Registro do Comércio, sob o número nº 1018255 em 23/02/2018, e alterado pelas seguintes Assembleias Gerais e seus respectivos registros: de 19.01.2018 (1016518 em 16/02/2018); de 16.07.2018 (1096696 em 03/09/2018); de 29/04/2019 (1299017 em 13/08/2019), de 17/12/2019 (1372586 em 27/03/2020), e de 23/04/2020 (1384051 em 20/05/2020), inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília/DF, no SBS, Quadra 04, Lotes 3/4, neste ato representada por meio de sua Vice-Presidência Fundos de Investimento, na qualidade de Gestora e Administradora do **Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”)**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 09.234.078/0001-45, criado por autorização da Lei nº. 11.491, de 20 de junho de 2007, constituído nos termos disciplinados pela Instrução nº. 462 da Comissão de Valores Mobiliários e por resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“CCFGTS”), e regido pelo Regulamento do FI-FGTS (“Regulamento”), com endereço na Avenida Paulista, nº. 2.300, 11º. andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

Em conjunto, COMPANHIA e o FI-FGTS/CAIXA, são doravante denominados “Partes” ou, individualmente, “Parte”;

Considerando que:

a COMPANHIA pretende Descrever Projeto(“Projeto”);

I. A Companhia apresentou proposta vinculada ao Edital de Chamada

Pública (“Edital”) destinado à seleção de propostas para análise de investimento pelo FI-FGTS;

- II. a CAIXA, na qualidade de administradora e gestora do FI-FGTS, avaliará as oportunidades de investimento relativas ao Projeto no contexto do referido Edital;
- III. este instrumento não representa qualquer direito, preferência ou dever de exclusividade do FI-FGTS e/ou da CAIXA em relação ao Projeto, bem como não representa obrigação da CAIXA e de qualquer dos fundos de investimento geridos e/ou administrados pela CAIXA em investir no Projeto;
- IV. há interesse mútuo em compartilhar informações de caráter não público acerca das oportunidades envolvendo o Projeto, de forma a criar entendimentos que permitam o desenvolvimento dos estudos e fases decorrentes do Edital;
- V. é do interesse da COMPANHIA e do FI-FGTS/CAIXA que todo o processo de troca de informações de caráter não público seja efetuado dentro do mais absoluto sigilo até que resolvam, de comum acordo, pela sua regular e ampla divulgação ao público, observadas as exceções previstas na Cláusula 3.5.

resolvem, as Partes, celebrar o presente Memorando de Entendimentos (“Memorando”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo, bem como pelas disposições do Edital.

Cláusula Primeira – Definições

- 1.1. Adicionalmente aos termos definidos neste Memorando, os seguintes termos, quando usados neste Memorando, terão os seguintes significados, no singular ou no plural:

- (a) “Informação Confidencial” significa todos os documentos e outros materiais referentes a informações técnicas do Projeto e/ou negócios da companhia Proponente, bem como qualquer informação, escrita ou verbal, ou documento escrito, relacionado ao Projeto, ao negócio e/ou à

Companhia, à exceção daquelas informações públicas, não havendo sigilo bancário referente à disponibilização de recursos que venha a ser efetuada pelo FI-FGTS à Proponente, além de informações, escritas ou verbais, relacionadas aos objetivos do FI-FGTS e/ou da CAIXA;

- (b) “Órgãos de Fiscalização Federal” refere-se, sem se limitar, ao Conselho Curador do FGTS, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União e/ou outros órgãos e entidades responsáveis pela administração, gestão e/ou fiscalização dos recursos do FI-FGTS;
- (c) “Prestadores de Serviço Indicados”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.7;
- (d) “ANBIMA” é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

Cláusula Segunda - Objeto

- 2.1 Este Memorando tem por objeto definir os termos e condições que disciplinarão o relacionamento entre as Partes, com relação à troca de Informação Confidencial.
- 2.2 Cada uma das Partes obriga-se a não praticar ou deixar de praticar qualquer ato que contrarie os termos deste Memorando.
- 2.3 As Partes concordam em exercer seus direitos inerentes à titularidade das Informações Confidenciais que receberem da outra Parte em conformidade com as normas e condições estipuladas neste Memorando.
- 2.4 Em observância aos princípios contidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.451/97 (“Política de *Chinese Wall*”) e em atendimento às diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários, o relacionamento entre a COMPANHIA e o FI-FGTS/CAIXA será realizado exclusivamente pelos representantes das Partes identificados no “Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas”.

Cláusula Terceira - Confidencialidade

- 3.1 Por força deste Memorando a Informação Confidencial é de propriedade exclusiva da Parte que a transmitiu ou produziu.
- 3.2 As Partes, por si, seus respectivos empregados e prepostos, manterão absoluto sigilo sobre a Informação Confidencial da outra Parte de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiadas, salvo consentimento prévio por escrito desta, observados os termos deste Memorando.
- 3.3 As Partes se obrigam a instruir expressamente os terceiros por elas contratados e a outros que, porventura, no desenvolvimento de suas atividades tenham necessidade de conhecer a Informação Confidencial, a manter sigilo e confidencialidade sobre esta, e obrigam-se por eles nos termos do presente Memorando.
- 3.4 A inobservância do disposto neste Memorando acarretará sanções legais e a Parte infratora e quem mais tiver dado causa à violação responderão administrativa, civil e criminalmente, inclusive por danos à imagem.
- 3.5 O disposto neste Memorando não implica qualquer restrição, limitação ou impedimento do direito das Partes de revelar informações:
 - 3.5.1 que já eram de domínio público no momento de sua transmissão;
 - 3.5.2 que passarem a ser de domínio público, após sua revelação, contanto que a divulgação não tenha sido efetuada em violação ao disposto neste Memorando;
 - 3.5.3 que sejam divulgadas ou requeridas em cumprimento às exigências legais ou por ordem ou obrigação de prestação de informações a agências reguladoras ou aos Órgãos de Fiscalização Federal;
 - 3.5.4 que devam ser divulgadas pelo FI-FGTS/CAIXA, caso a oportunidade de investimento relativa ao Projeto seja avaliada pelo

FI-FGTS/CAIXA no âmbito do FI-FGTS, especialmente em função do previsto no art. 29 de seu Regulamento.

- 3.6 A Parte obrigada a revelar a Informação Confidencial por força do previsto no item 3.5.3 dará notícia à Parte proprietária da Informação Confidencial a respeito da ordem dos Órgãos de Fiscalização Federal.
- 3.7 A COMPANHIA reconhece e concorda que o FI-FGTS/CAIXA não poderão ser responsabilizados caso alguma agência reguladora ou Órgãos de Fiscalização Federal revele Informação Confidencial.
- 3.8 As obrigações de confidencialidade previstas neste documento não abrangem a utilização das Informações Confidenciais pelo FI-FGTS/CAIXA para os processos de análise e/ou deliberação.

Cláusula Quarta – Estruturação dos Negócios

- 4.1 Sem prejuízo de outras que possam ser solicitadas ao longo do processo de análise, as informações e termos iniciais da oportunidade de investimento deverão ser apresentados pela COMPANHIA ao FI-FGTS/CAIXA nos termos previstos no Edital de Chamada Pública VIART/DETER, que contém os itens mínimos necessários para início da análise da proposta.
- 4.2 A estruturação dos negócios deve observar todos os requisitos contidos no Edital de Chamada Pública VIART/DETER, principalmente aqueles definidos para a etapa de estruturação.
- 4.3 Toda informação recebida pelo FI-FGTS/CAIXA tem como objetivo fornecer informações e dados para que possibilitem analisar o Projeto, não representando, portanto, qualquer obrigação de manifestação, concordância ou vinculação ao Projeto.
- 4.4 O FI-FGTS/CAIXA não serão responsáveis, de maneira alguma ou sob qualquer título, por quaisquer custos ou despesas relacionadas

ao Projeto, tais como custos com serviços de assessorias, consultorias, agentes fiduciários, bancos mandatários, agências de *rating*, registros nos órgãos competentes, entre outros, já incorridas, ou que venham a ser incorridas ou contratadas pela COMPANHIA e/ou por seus acionistas.

- 4.5 Quaisquer condições acordadas durante a estruturação do Projeto representam tão-somente as condições indicativas e, portanto, não vinculam de qualquer forma a COMPANHIA e/ou o FI-FGTS/CAIXA.
- 4.6 Ainda que a proposta final de investimento seja aprovada em caráter definitivo pelas instâncias deliberativas internas do FI-FGTS/CAIXA, a conversão do Projeto em efetivo investimento estará sujeita à apresentação, negociação e celebração de documentação formal em termos satisfatórios às Partes, a exclusivo critério destas.
- 4.7 Sem prejuízo da contratação de Agente Estruturador pela COMPANHIA, nos termos do Edital de Chamada Pública, durante a fase de estruturação poderá ser demandada a contratação de assessores, os quais terão como escopo a realização de estudos independentes que, a critério do FI-FGTS/CAIXA, sejam relevantes para as análises do Projeto, podendo abranger, mas não se limitando, a diligência legal, contábil e financeira, avaliação econômico-financeira e aspectos comerciais, mercadológicos, de engenharia e tecnológico (“Prestadores de Serviço Indicados”). Os Prestadores de Serviço Indicados atuarão exclusivamente para o FI-FGTS/ CAIXA, sendo os trabalhos de uso e acesso exclusivo destes e de seus representantes e serão selecionados dentre empresas de notória competência e que tenham sua indicação suportada por fontes externas que indiquem a capacidade de prestação de serviços, tais como *ranking* da ANBIMA, periódicos especializados e experiência comprovada em projetos de porte e complexidade similares, dentre outros, bem como poderão ser prestadores de serviço que mantenham vinculação contratual com a CAIXA.
- 4.8 A escolha e a contratação dos Prestadores de Serviço Indicados

competirão ao FI-FGTS/CAIXA ao longo do curso do fluxo de governança relacionado ao estudo e desenvolvimento do Projeto.

- 4.9 Os gastos relacionados aos Prestadores de Serviço Indicados, à título de remuneração e de despesas decorrentes dos serviços prestados, serão arcados única e exclusivamente pela COMPANHIA, mediante apresentação de orçamento pelo FI-FGTS/CAIXA, através de pagamento direto aos aludidos Prestadores pela COMPANHIA, adiantamento de despesas ou reembolso de despesas pela COMPANHIA ao FI-FGTS/CAIXA em contratação que tenha sido efetuada em nome do FI-FGTS, ou da CAIXA, tendo por beneficiário o FI-FGTS, e com vinculação ao Projeto, tudo com observância ao Regulamento do FI-FGTS.

Cláusula Quinta – Prazo de Vigência

- 5.1 O prazo de vigência deste Memorando é de 1 (um) ano contado da data de sua assinatura, podendo as Partes decidir pela prorrogação, a ser definida em termo aditivo, ou até que o Projeto se torne público, independentemente da realização do investimento.
- 5.1.1 Não obstante o disposto no item 5.1, os dados protegidos por sigilo decorrente de lei e/ou Regulamento não poderão ser divulgados pela parte receptora, ressalvado que não haverá sigilo bancário relativo ao valor disponibilizado pelo FI-FGTS à Companhia.
- 5.2 Findo o prazo de vigência, sem que seja realizado o investimento, considerar-se-á o presente Memorando rescindido de pleno direito, independentemente de adoção de qualquer formalidade.
- 5.3 Poderá cada Parte reter cópia das Informações Confidenciais que recebeu para fins exclusivos de atendimento de lei, ordem judicial, ordem de Órgãos de Fiscalização Federal ou *compliance* e/ou auditoria.

Cláusula Sexta – Das Declarações das Partes

- 6.1 As Partes declaram e garantem reciprocamente que:

- (a) São entidades regularmente constituídas e devidamente registradas ao abrigo das leis aplicáveis;
- (b) Possuem plena capacidade para o exercício de suas atividades e que as mesmas são desenvolvidas de acordo com a legislação em vigor;
- (c) A assinatura do presente Memorando e o cumprimento das obrigações dele decorrentes foram devidamente aprovados, quando necessário, pelos competentes órgãos sociais e não infringem os respectivos estatutos ou quaisquer compromissos assumidos, nem qualquer lei ou regulamento aplicável;
- (d) A assinatura do presente Memorando e o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes não necessitam de qualquer autorização, interna ou externa, que não tenha sido devidamente obtida;
- (e) Toda a informação prestada no presente instrumento é verdadeira; e
- (f) Não está pendente contra cada uma delas, nem se prevê que venha a estar, qualquer processo de insolvência ou de recuperação de empresas.

Cláusula Sétima –Declaração da COMPANHIA

7.1 A COMPANHIA declara ter pleno conhecimento do Regulamento do FI-FGTS e das resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como da obrigatoriedade de divulgação, pelo FI-FGTS/CAIXA, de determinadas informações relativas à COMPANHIA, e ao Projeto, sendo certo que a divulgação de tais informações pelo FI-FGTS/CAIXA, nos termos desses documentos normativos, não configurará qualquer infração ao presente Memorando, servindo esta declaração como autorização expressa para a divulgação de tais informações.

7.2 A COMPANHIA declara em relação aos representantes listados no

“Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas - Item 2” (i) que se responsabiliza integralmente por todas as informações prestadas por estes representantes, (ii) que as pessoas ou empresas foram exclusivamente contratadas pela COMPANHIA (iii) que garante, sob as penas da Lei, que as informações prestadas por estes representantes são fidedignas, autênticas e verdadeiras.

Cláusula Oitava - Disposições Finais

- 8.1 Este instrumento não implica vedação para que qualquer das Partes celebre outro termo, contrato ou participe de qualquer outra negociação com terceiros, bem como não representa obrigação, para qualquer das Partes, de viabilizar a implantação do Projeto.
- 8.2 Os propósitos manifestados neste Memorando não geram direitos ou deveres financeiros para as Partes, exceto aqueles previstos neste Memorando, nem qualquer direito ou obrigação de investimento, senão somente deveres de cooperação mútua no sentido de viabilizar a implantação do Projeto.
 - 8.2.1 Caso o Projeto não se converta em efetivo investimento, o FI-FGTS/CAIXA não serão responsabilizados por quaisquer custos ou despesas incorridas e decorrentes do Edital.
 - 8.2.2 Nenhuma omissão, demora, concessão de prazo ou tolerância pelas Partes em exercer qualquer direito nos termos deste Memorando será considerada como renúncia a tal direito nem impedirá o exercício de qualquer outro direito, de acordo com os termos deste Memorando.
- 8.3 Quaisquer comunicações, contatos telefônicos, envios de correspondências, notificações e reuniões, com relação aos assuntos inerentes ao presente instrumento deverão ser realizados exclusivamente pelos representantes indicados no “Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas”, além dos representantes dos Prestadores de Serviço, os quais obrigatoriamente tomarão ciência do inteiro teor deste Memorando.
 - 8.3.1 As correspondências e comunicações de qualquer natureza somente

poderão ser encaminhadas aos representantes indicados no “Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas”, além dos representantes dos Prestadores de Serviço, por correio em seus endereços autorizados, por mensagem eletrônica ou, ainda, via *fac-símile*, podendo os recebimentos serem confirmados por Aviso de Recebimento - AR, por confirmação de entrega ou por outro meio próprio.

- 8.3.2. Comunicações, contatos telefônicos, envios de correspondências, notificações e reuniões serão considerados inválidos e não realizados caso sejam efetuados por procuradores, prepostos, demais colaboradores integrantes do FI-FGTS/CAIXA ou da COMPANHIA ou por qualquer outra pessoa que não conste expressamente indicada no “Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas”, além dos representantes dos Prestadores de Serviço.
- 8.3.3 A alteração de destinatário, de endereço ou de qualquer das pessoas autorizadas indicadas deve ser prontamente comunicada às Partes, conforme aqui previsto. Caso tal comunicação deixe de ser feita, qualquer aviso ou comunicação entregues aos destinatários nos endereços indicados no “Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas” serão considerados como tendo sido regularmente realizados.
- 8.3.4. Apenas as pessoas relacionadas no “Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas” e os representantes dos Prestadores de Serviço podem solicitar informações, documentos e tratar de temas que envolvam o *status* do processo de análise, temas comerciais, negociação de instrumentos societários e/ou contratuais e realizar reuniões a respeito do Projeto.
- 8.3.5. O FI-FGTS/CAIXA e seus representantes indicados no “Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas”, não tratarão com empresas contratadas pela COMPANHIA, salvo se por solicitação formal da COMPANHIA ou caso se trate dos Prestadores de Serviços Indicados.
- 8.3.6. A CAIXA desde já informa e a COMPANHIA se declara ciente de que não há necessidade de contratar quaisquer assessores para atuar como intermediário em nome da COMPANHIA perante a CAIXA.

- 8.3.7. Todos os Prestadores de Serviços serão consultados para declararem se possuem conflitos de interesses com a COMPANHIA, com o Projeto, com o grupo econômico a qual estes estejam ligados e com o FI-FGTS/CAIXA e seus representantes.
- 8.4. Exceto quando de outra forma expressamente prevista neste Memorando, nenhuma renúncia, rescisão ou dispensa aos termos deste Memorando, ou qualquer declaração, garantia, condições para a efetivação do Projeto ou outros termos ou disposições aqui previstos, serão vinculantes para as Partes, salvo se confirmados por escrito entre estas.
- 8.5. Este Memorando somente pode ser alterado por meio de um termo aditivo firmado pelas Partes.
- 8.6. As Partes ratificam expressamente todas as cláusulas, condições e informações presentes no Edital de Chamada Pública a que este Memorando de Entendimentos se vincula.
- 8.7. As Partes elegem o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos sobre o presente Memorando.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Cidade, Dia de Mês de Ano

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco, segue continuação da página de assinaturas]

Página de assinaturas do Memorando de Entendimentos celebrado entre
Razão Social e Caixa Econômica Federal em **Dia** de **Mês** de **Ano**.

Razão Social

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:

Anexo I – Relação de Pessoas Autorizadas

Item 1

CAIXA

VIART/DETER – Chamada Pública – FI-FGTS

SBS Quadra 4, Lote 3/4, 17º Andar, Matriz I

Asa Sul, Brasília - DF, 70.070-140

E-mail: geafe01@caixa.gov.br

Item 2

Razão Social

Pessoas Autorizadas

Contatos